

A Direita Política: Discurso e Comportamento, 1987 - 1990

Timothy J. Power

Sobre o Autor

Timothy J. Power, 27, mestre em Estudos Latinoamericanos pela Universidade da Flórida, é atualmente doutorando em Ciências Políticas na Universidade de Notre Dame (South Bend, Indiana, EUA). Em 1989-1990 foi Pesquisador Associado do Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB, e bolsista da Comissão Fulbright.

Summary

In a comparative perspective, the Brazilian military authoritarian regime of 1964-1985 was a unique case. Different from the other recent dictatorships of the South Cone, the Brazilian military regime sought the active support of civil politicians, even creating a political party (ARENA/PDS) to sustain and to try legitimating the authoritarian system. The clearly conservative character of the Brazilian transition to democracy resulted that many politicians from ARENA/PDS survived the transition, so that today they keep approximately 40% of the chairs in the National Congress. This communication of research, which presents data of a project in development, analyses the behavior of these former arenists in the Constitutional National Assembly. A preliminar analysis suggests that the politicians socialized under the military regime show wear faithfulness to the political institutions such as parties and the Parliament, thus implicating in the delay of the democratic consolidation process in the country.

Resumo

Em perspectiva comparada, o regime militar-autoritário brasileiro de 1964-1985 foi um caso único. Diferentemente das outras ditaduras recentes no Cone Sul, o regime militar brasileiro procurou o apoio ativo de políticos civis, até criando um partido político (ARENA/PDS) para sustentar e tentar legitimar o sistema autoritário. O caráter notavelmente conservador da transição brasileira à democracia fez com que muitos políticos da ARENA/PDS sobrevivessem à transição, tanto que hoje detêm aproximadamente 40% das cadeiras do Congresso Nacional. Esta comunicação de pesquisa, que apresenta dados de um projeto em andamento, analisa o comportamento desses ex-arenistas na Assembléia Nacional Constituinte. Uma análise preliminar sugere que os políticos socializados sob o regime militar mostram lealdades fracas às instituições políticas como partidos e Parlamento, assim implicando no atraso do processo de consolidação democrática no país.

Introdução

O presente artigo apresenta um esboço de um projeto de pesquisa em andamento, assim como alguns dados preliminares do mesmo.¹ O projeto ao qual me refiro examina o papel exercido pela direita política no processo de consolidação democrática no Brasil. Mais especificamente, o projeto elabora um perfil das elites políticas que apoiaram o regime de 1964 e que ainda detêm cadeiras no Congresso Nacional, ou seja, o conjunto de 219 ex-arenistas e ex-pedessistas que foram eleitos à Assembléia Nacional Constituinte em novembro de 1986. Essa pesquisa que dá especial ênfase às contradições entre o novo discurso dos setores conservadores e seu comportamento político, analisa a reação da direita eleitoral frente a três grandes desafios inerentes às transições democráticas, concebidos como dimensões distintas da democratização. São os seguintes os desafios: o desafio de reestruturar as relações entre poder civil e militar (civilianization), o desafio de fortalecer o Congresso Nacional como instituição política representativa (parliamentarization) e o desafio de estabelecer a obtenção de votos em eleições livres e justas como a principal forma de se articular o poder político num Brasil democrático (votegetting).

O texto que se segue, que apresenta algumas observações preliminares da pesquisa, constitui uma breve tentativa de aprofundar nosso conhecimento do discurso e da atuação da direita brasileira no decorrer da Constituinte. Na primeira seção do trabalho, considero alguns problemas metodológicos associados com a quase inexistência no Brasil de uma direita "aberta" ou "assumida" e elaboro minha própria definição operacional da direita. Na segunda seção, apresento um perfil político-partidário da direita congressual que surgiu das últimas eleições legislativas em 1986. Uma terceira seção examina dados agregados sobre a atuação dessa direita na Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a 1988. A parte final do trabalho trata de uma investigação das contradições entre o discurso e o comportamento da direita brasileira e uma avaliação das consequências que tais contradições apresentam à consolidação da democracia no país.

Direita Política: Conceito e Operacionalização

Este projeto de pesquisa trata da "direita brasileira". Este termo levanta várias questões conceituais que são difíceis e precisam ser enfrentadas.

Para se chegar a uma definição da direita brasileira, parece-me essencial eliminar dois tipos de definições que podem ser utilizadas na análise de outros países. O primeiro tipo de definição seria uma definição baseada no sistema partidário. Mas com o atual estado do sistema partidário brasileiro -- o qual, por razões que não posso discutir aqui, nos últimos anos ficou mais fragmentado e fluido que nunca -- as

siglas partidárias vêm sendo cada vez menos úteis para a análise política sistemática, especialmente para a análise diacrônica. O segundo tipo de definição a evitar seria aquele fornecido pelos próprios políticos brasileiros em seu discurso político. Para dar apenas um exemplo do ofuscamento ideológico ocorrido na Nova República, devemos citar a valiosa pesquisa de Leôncio Martins Rodrigues (1987). Segundo o levantamento feito por Rodrigues, nenhum dos deputados constituintes se considera "direita radical", e apenas 6% se dizem ser "direita moderada" ou "centro direita". Os demais deputados se autoclassificam como sendo de "centro" (37%), "esquerda moderada" ou "centro-esquerda" (52%), ou esquerda radical (5%). Frente a esses dados surpreendentes (e suspeitáveis) o pesquisador escreveu que "a julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita" (Rodrigues 1987: 99). Assim é evidente que o atual discurso político dificulta nossa pesquisa. Como, então, definir a direita num país que não tem direita?

As ciências sociais comparadas nos oferecem várias maneiras para definir uma direita. Analisando a maioria dos países da América Latina, podemos especificar uma direita "social" ou "econômica" (ambas sociologicamente definidas pela análise de classes), uma direita militar e uma direita política. Pensando na produção científica sobre o caso brasileiro, a impressão que fica é a de que tem sido muito mais fácil identificar as primeiras duas, a direita social e a direita militar, do que a última, a direita política. Por isso cabe a mim especificar o conceito da "direita eleitoral".

A direita eleitoral é aqui entendida como aquele segmento da direita social que também é parte integrante da classe política. É aquele segmento da direita que compete eleitoralmente pelo direito de ocupar cargos políticos; é o segmento que observamos no partido e no parlamento.² Embora a direita eleitoral possa se definir como sendo representante dos interesses da direita social, a primeira deve ser mantida analiticamente diferenciada da última. A direita tem segmentos e facções, diferentes modos de articulação de poder, e muitas arenas nas quais ela atua. Os partidos e parlamento, e isso deve ser enfatizado, são apenas duas dessas arenas nas quais a direita simultaneamente defende seus interesses. Mas a consolidação democrática requer que essas arenas emergjam como privilegiadas e fundamentais.³

Esta pesquisa requer uma definição clara e operacional da direita eleitoral. O instinto de um cientista político é o de começar por identificar a direita no sistema partidário. Mas no caso do sistema partidário brasileiro isso é problemático; os partidos políticos brasileiros têm sido ideologicamente fracos e nunca chegaram a ser organizados ao longo de um espectro claro de esquerda-direita. A situação mais próxima de uma clara divisão ideológica ocorreu no período 1966-1979, durante o sistema bipartidário (ARENA X MDB) artificialmente imposto pelo regime militar. Mas o sistema multipartidário, e

extremamente fragmentado do pós-1985, assitiu à dispersão da ARENA/PDS, a estrutura partidária da direita, em vários partidos. Tal configuração contrasta fortemente com aquela que predominou no período anterior a 1984, quando esses políticos estavam quase todos unificados no partido situacionista do regime militar.

Para os objetivos dessa pesquisa, importa menos quais as legendas partidárias que esses indivíduos escolham agora, na Nova República, do que as posições que assumiram e ocuparam no período do autoritarismo. Na busca de uma definição operacional da direita eleitoral, a minha preocupação mais geral com a questão da *democracia política* me levou a montar um esquema classificatório que privilegia o nível de comprometimento individual e institucional com o regime autoritário. No período de 1966 a 1985 houve sempre um partido oficialista apoiando e tentando legitimar o regime militar. Como estou interessado no comportamento atual de políticos civis que apoiaram governos autoritários, minha amostra se restringirá àqueles políticos que foram afiliados à ARENA ou ao PDS no período anterior a 1985. Este é o modo como operacionalizo a "direita eleitoral".⁴

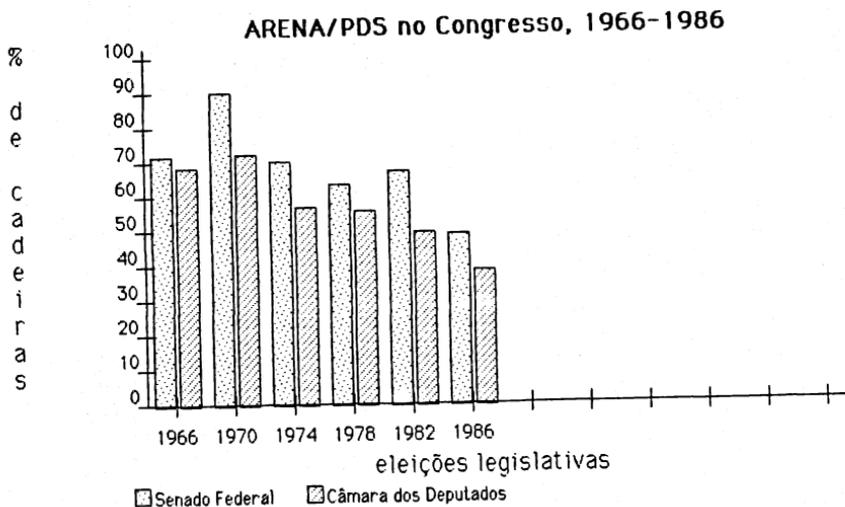
As Eleições de 1986 e a Geração ARENA/PDS

Partindo da minha definição, selecionei três critérios para determinar a inclusão de um constituinte nos quadros da direita. Um parlamentar é incluído na minha amostra se ele: (1) se candidatou pelas legendas da ARENA ou PDS em qualquer eleição entre 1966 e 1985; (2) foi nomeado a servir, como afiliado à ARENA ou ao PDS, em qualquer cargo público pelo qual as eleições diretas foram suspensas durante o regime militar (e.g., prefeito ou governador nomeado, senador biônico, etc); ou (3) integrou a Executiva da ARENA ou do PDS.⁵ O propósito desses três critérios é o de demarcar aquele segmento da *classe política situacionista* (do regime de 1964) que a Nova República herdou em 1985.

De acordo com esses critérios, as eleições de 1986 deram mandatos de constituinte a 219 candidatos da velha estrutura ARENA/PDS.⁶ Na Câmara dos Deputados, 184 dos 487 deputados constituintes (37,8%) têm suas raízes na máquina partidária do regime militar. No Senado Federal, 35 dos 72 senadores constituintes (48,6%) vieram da ARENA/PDS, mas é importante lembrar que 23 senadores tinham sido eleitos em 1982. No total, dos 559 parlamentares eleitos para redigir a Constituição democrática de 1988, nada menos do que 39,2% foram partidários dos governos autoritários de 1964 - 1985.

Em dois trabalhos valiosos, Glauco Ary Dillon Soares (1973,1984) apontou a tendência de um declínio histórico da direita eleitoral. Soares demonstrou que, tanto no sistema multipartidário de 1946 - 1964 quanto no regime militar, a direita eleitoral vinha perdendo força em cada eleição sucessiva. A tendência comentada por Soares foi

confirmada nas eleições de 1986 (veja gráfico 1). A direita caiu para mais ou menos 40% das cadeiras no Congresso Nacional, mas o que é interessante é que, no primeiro turno da eleição presidencial de 1989, os cinco ex-arenistas/pedessistas no pleito (Collor, Aureliano, Maluf, Afif e Camargo) tiveram um desempenho bastante melhor (45,6% dos votos válidos).⁷



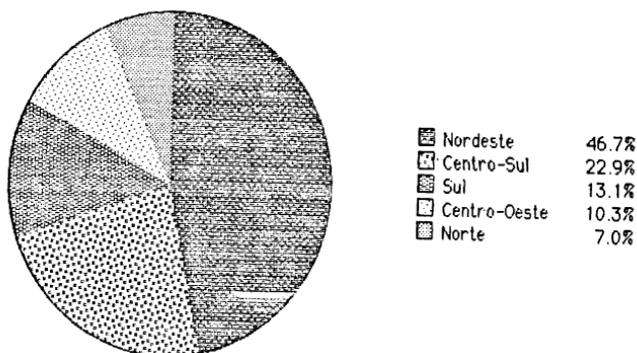
Glauco Soares também foi um dos primeiros a apontar as grandes distorções na representação política no Brasil causadas pela lei eleitoral. A lei vigente nas eleições de 1986 estabelecia um mínimo de 8 deputados por estado e um máximo de 60, assim favorecendo os estados menos povoados e menos desenvolvidos onde a direita sempre teve sua maior força eleitoral. Por isso não surpreende que a esmagadora maioria (64%) dos 219 ex-arenistas/pedessistas foram eleitos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (veja gráfico 2)

Frente a esses dados e conforme as observações feitas por Soares, podemos afirmar o óbvio: para quem quer enfraquecer a direita eleitoral ao nível do Congresso Nacional, a primeira medida a tomar seria de reestruturar a representação na Câmara dos Deputados de acordo com o princípio de *one man, one vote*

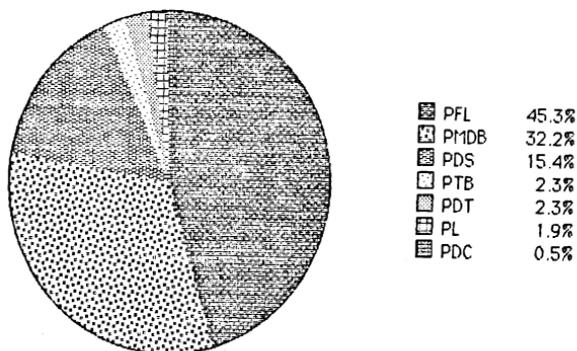
Os dados referentes às siglas partidárias escolhidas pela direita nas eleições de 1986 (gráfico 3) confirmam as tendências fisiológicas dos ex-arenistas/pedessistas. Em junho de 1984, quando o PDS se dividiu frente à indicação de Paulo Maluf como candidato a Presidente

da República, os grandes nomes de peso do PDS criaram o Partido da Frente Liberal (PFL). Em 1984 e 1985, a maioria dos pedessistas que saíram do seu partido foram ou para o PFL ou para o grande sócio do PFL na Aliança Democrática, o PMDB. Na campanha de 1986, durante o clima eufórico do Plano Cruzado, muitos ex-pedessistas optaram pela sigla do PMDB como o caminho mais seguro para se chegar à Constituinte.

Perfil Regional da Direita Parlamentar



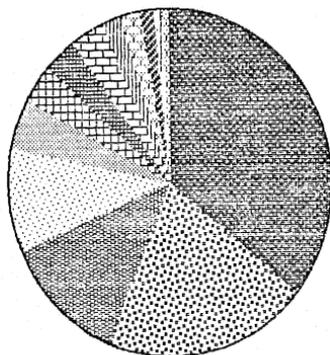
Siglas Partidárias da Direita, Fev. 1987



Com a infiltração dos veteranos da ARENA/PDS, o PMDB também adquiriu uma grande ala conservadora, que levou às grandes divisões do partido no decorrer da Constituinte. Pensando nas grandes lutas eleitorais entre ARENA/PDS e MDB/PMDB durante quase vinte anos de regime militar, é irônico que, de cada cinco peemedebistas eleitos à Constituinte em 1986, um fosse ex-arenista ou ex-pedessista. Também, de cada três ex-arenistas ou pedessistas que foram eleitos à Constituinte, um chegara lá graças à sigla partidária do antigo inimigo.

Nos últimos três anos, a grande perda de prestígio sofrida igualmente pelo Governo Sarney, a Aliança Democrática e o PMDB serviu para acentuar as tendências fisiológicas da geração ARENA/PDS (veja gráfico 4).

Siglas Partidárias da Direita, Nov. 1989



■	PFL	35.9%
■	PMDB	20.6%
■	PDS	12.1%
■	Desconhecido	9.8%
■	PTB	4.7%
■	PL	3.7%
■	PDC	3.3%
■	PRN	3.3%
■	Falecido	1.9%
■	PDT	1.9%
■	PSDB	1.4%
■	PSD	0.5%
■	PLP	0.5%
■	PRP	0.5%

Tudo indica que os dois grandes eventos políticos do ano 1990, a inauguração do Governo Collor e as eleições de outubro, servirão para provocar mais uma grande onda de troca de partidos. Sem dúvida, a persistência do fisiologismo, que é em grande parte associado com os ex-partidários do regime militar, não é nada saudável para a consolidação da democracia no Brasil. Voltaremos a este tema na última seção do trabalho.

A Direita Política na Constituinte, 1987-1988

Tendo elaborado brevemente as origens regionais e as trajetórias partidárias da direita legislativa gerada pelas eleições de 1986, podemos prosseguir com um exame preliminar do desempenho do conjunto dos nossos 219 constituintes arezistas.

Para fins de minha análise, dividi a Constituinte em dois grandes grupos: os parlamentares que foram da ARENA/PDS antes de 1985 (N=219) e os parlamentares que nunca pertenceram a estes partidos (N=345). Aqui apresento onze indicadores (veja quadro 1) do desempenho desses dois grupos no processo constituinte, comparando os dois grupos com a Assembléia Nacional Constituinte como um todo. Para cada indicador, apresento também uma hipótese intuitiva, que pode ser confirmada ou rejeitada.

Quadro 1
Indicadores Sobre o Desenvolvimento da Direita
na Assembléia Nacional Constituinte

	<u>Foram da ARENA</u> <u>ou do PDS</u> (N=219)	<u>Não foram da ARENA</u> <u>ou do PDS</u> (N=340)	<u>ANC em geral</u> (N=559)
Índice média de auto-classificação ideológica (somente deputados)	3,23	3,76	3,36
Classificação ideológica da <i>Folha de S. Paulo</i>	2,12	3,43	2,93
Nota DIAP (média)	3,04	6,18	4,98
% a favor da reforma agrária	28,93	68,42	50,28
% a favor do presidencialismo	76,32	52,84	61,83
% a favor dos 5 anos para Pres. Sarney	78,53	48,40	59,31
Índice de absentismo	34,62	23,89	28,00
No. de emendas apresentadas (média)	101,60	130,41	119,00
No. de emendas aprovadas (média)	26,87	35,18	32,00
% de sucesso com emendas	26,84	26,98	26,89
No. de citações na imprensa nacional (média)	57,57	82,06	72,29

Auto-classificação ideológica. Adaptando os dados contidos em Rodrigues (1987), estabeleci uma escala de 5 pontos, onde 1="direita radical", 2="centro-direita" ou "direita moderada", 3="centro", 4="centro-esquerda" ou "esquerda moderada" e 5="esquerda radical". Já discutimos o que Rodrigues descobriu, que foi uma extrema relutância por parte dos parlamentares em se identificarem como conservadores. Mas a média de auto-classificação da ARENA/PDS ainda surpreende, sendo à esquerda da posição centrista! (Fonte: Rodrigues 1987).

Classificação ideológica independente. A avaliação do DataFolha talvez seja um pouco mais realista. Usando quase que a mesma escala que Rodrigues (a diferença sendo de que as posições 1 e 5 são simplesmente "direita" e "esquerda"), aqui o perfil ideológico da Constituinte é avaliado como sendo quase perfeitamente centrista (2,93). O conjunto de ex-arenistas/pedessistas apresenta uma média de 2,12, de acordo com nossa hipótese intuitiva de uma posição ideológica bem à direita do centro (Fonte: Folha de São Paulo, 19.01.87).

Nota DIAP e reforma agrária. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) avaliou o desempenho de cada constituinte em dez questões de interesse aos trabalhadores, tais como a jornada semanal de 40 horas, a estabilidade de emprego, etc. A escala da nota DIAP vai de 0 (posição menos favorável aos trabalhadores) a 10 (posição mais favorável), com penalidades para abstenções e absenteísmos. Se retomamos uma definição mais sociológica da direita, considerando as ligações representativas entre a direita social e a direita eleitoral, nossa hipótese seria a de que os veteranos da ARENA/PDS votariam para proteger seus interesses de classe. Frente aos dados fornecidos pelo DIAP, a hipótese é confirmada: a nota média dos arenistas (3,04) é menos da metade da nota média dos não-arenistas (6,18). É interessante que a nota média da Constituinte como um todo cai quase exatamente no meio da escala criada pelo DIAP (4,98). Em outro indicador importante dos interesses de classe, a questão da reforma agrária, os arenistas/pedessistas demonstram uma oposição feroz (apenas 28,93% favoráveis). (Fontes: DIAP 1988 e Coelho e Oliveira 1989)

O sistema de governo e o mandato de José Sarney. A Constituinte aprovou o sistema presidencialista (61,83%), mas o grupo da ARENA/PDS foi ainda o mais favorável (76,32%). Também, os dados mostram claramente que foi a ARENA/PDS que deu ao Presidente Sarney seu quinto ano de mandato (78,53% de aprovação). Infelizmente, essas duas questões, a primeira uma questão constitucional e a última propriamente uma questão das disposições transitórias, foram altamente politizadas e ligadas uma à outra. Todas

as pesquisas feitas entre os parlamentares na fase inicial da Constituinte apontavam a uma tendência parlamentarista, mas no final das contas, é impossível saber se o voto a favor do presidencialismo em 1988 foi realmente um indicador de apoio a esse sistema de governo. A minha impressão pessoal é a de que os políticos mais abertamente fisiológicos irão sempre optar por um sistema onde os partidos permanecem fracos, como é o caso do presidencialismo multipartidário no Brasil. Também durante a Constituinte foi exatamente esse o grupo de políticos que foi mais vulnerável às pressões do Palácio do Planalto (Fonte: Coelho e Oliveira 1989).

Participação nos trabalhos constituintes e absenteísmo. Cabe lembrar que os veteranos da ARENA/PDS iniciaram suas carreiras políticas numa época em que o executivo assumiu quase todos os poderes do legislativo e o Congresso Nacional teve seu papel decisório drasticamente reduzido. Recentemente O'Donnell (1988) defendeu a tese de que políticos socializados sob autoritarismo tendem a permanecer clientelistas e a ter baixos níveis de lealdade a instituições. Considerando esta observação de O'Donnell, que tem sua origem em Weber, minha hipótese seria a de que os arenistas/pedessistas participariam nos trabalhos constituintes a um nível bem menor que o dos seus colegas. Esta hipótese é confirmada pelos dados aqui apresentados. O índice de absenteísmo dos arenistas foi significativamente mais alto do que a média dos constituintes (34,62% vs. 28%). Também os veteranos apresentaram, na média, muito menos emendas por pessoa (101,6) do que os políticos que nunca foram da ARENA ou do PDS (130,41). Mas interessantíssimo é o fato de que os dois grupos conseguiram quase exatamente o mesmo nível de aprovação de suas emendas. Em outras palavras, parece que os não-arenistas tiveram que trabalhar 30% a mais que os arenistas para conseguir o mesmo nível de êxito. Como explicar esse fenômeno? A explicação mais óbvia seria a de que os veteranos têm mais experiência política e simplesmente são mais influentes. Mas outra hipótese a considerar seria a de que os não-arenistas, sendo mais ligados às entidades da sociedade civil organizada, levam mais a sério suas funções representativas, e por isso tendem a prestar mais "serviço legislativo". O exercício da função legislativa e a prestação de serviços legislativos aos grupos de pressão necessariamente implicarão na apresentação de muitas emendas e projetos de lei, alguns de natureza puramente simbólica (Fonte: Coelho e Oliveira 1989).

Citações na imprensa nacional. O banco de dados da Biblioteca do Senado Federal fez um levantamento sobre a cobertura jornalística da Constituinte em oito jornais nacionais.⁸ Aqui nossa hipótese seria a de que os ex-arenistas teriam um número de citações bem menor de que os não-arenistas, devido ao fato de que a maioria das posições de liderança na Assembléia e nas comissões temáticas foram controladas pelos peemedebistas históricos, que nunca participaram da ARENA ou do PDS. Os dados confirmam a hipótese: os veteranos da ARENA/PDS obtiveram uma média de 57,57 citações

de pessoas, contra 86,06 pelos outros constituintes. Mas se eliminamos do último grupo as quatro grandes lideranças do PMDB, ou seja, Ulysses, Cabral, Covas e Cardoso,⁹ o número médio de citações dos não-arenistas cai de 82,06 para 51,18 um índice bem menor que o da direita! Frente a esses dados, parece que apesar de não terem ocupado nenhum dos grandes cargos de liderança na Assembléia Nacional Constituinte, os arenistas ainda conseguiram reter uma forte presença na mídia impressa (Fonte: Coelho e Oliveira 1989).

Reflexões Sobre a Direita e a Democracia

Considerando os dados apresentados até agora e a análise preliminar apresentada nestas páginas, podemos fazer as seguintes afirmações sobre a direita eleitoral no Congresso brasileiro. A direita congressual: (1) permanece muito forte nas duas casas legislativas, detendo aproximadamente 40% das cadeiras; (2) tem suas bases eleitorais nas regiões menos desenvolvidas do país; (3) em sua esmagadora maioria se diz de centro e resiste ferozmente a qualquer tentativa de denominá-la como "direita" ou "conservadora"; (4) vota a favor de seus interesses de classe, seja no setor moderno da economia ou no âmbito rural; (5) é espalhada em vários partidos políticos, mostrando lealdade muito fraca aos mesmos; (6) apresenta um índice muito baixo de participação nos trabalhos legislativos, o que pode prejudicar o eventual fortalecimento do Congresso Nacional como instituição política representativa e (7) parece manter relações bastante íntimas com a mídia. Estas afirmações não são definitivas, mas servem para esboçar um perfil inicial da direita nos primeiros anos da Nova República. Elaborado este perfil, cabe voltar às dimensões teóricas e comparativas do meu projeto para poder oferecer algumas observações sobre o papel da direita política no processo de consolidação democrática no Brasil.

Sem dúvida, a direita política é duradoura e onipresente na vida política brasileira. Em perspectiva comparada, não há nenhum outro país na América Latina que tenha feito uma transição do autoritarismo militar para a democracia política com tanta continuidade na classe política. A geração de políticos da ARENA/PDS tem demonstrado uma impressionante capacidade de permanecer nos círculos de poder mesmo na Nova República. Como é possível esse fenômeno? Em primeiro lugar, devemos atribuir um papel importante às distorções na representação política na Câmara dos Deputados, as quais irão provavelmente assegurar uma forte presença conservadora nas próximas legislaturas. Mas cabe lembrar que a persistência da direita é visível não apenas nas eleições legislativas mas também, no pleito presidencial de 1989, quando os ex-arenistas obtiveram 46% dos votos no primeiro turno e 53% no segundo. Dos últimos sete presidentes da República, todos tiveram raízes políticas na ARENA/PDS, inclusive Fernando Collor de Mello. Tendo sempre um correligionário na Presidência, a direita legislativa assume facilmente uma postura governista, a qual

pode trazer benefícios importantes na hora da eleição.

Devo ressaltar, entretanto, que numa época de crise, tanto política quanto econômica, o governo eterno pode ser uma faca de dois gumes. Essa observação antecipa nosso próximo tema, que é o do fisiologismo e do ofuscamento ideológico. Apesar de seus êxitos eleitorais recentes, a direita brasileira evita ser identificada como tal e conscientemente busca outro perfil, outros adjetivos.¹⁰ Trata-se de uma herança do regime militar, cujo desgaste fez com que o rótulo "direita" fosse abandonado e rejeitado por quase toda a classe política civil. Como escreveu recentemente Antônio Flávio Pierucci, "no Brasil da transição democrática, para os políticos que dependem da aprovação nas urnas, à luz dos cálculos racionais de custos e benefícios certamente não é muito aconselhável confessar-se de direita" (Pierucci 1987: 38). A direita eleitoral foge de todo rótulo que chegue a ser associado com o conservadorismo, seja um rótulo de classificação como "direita", seja uma sigla partidária em pleno desgaste como "PDS". A fuga perpétua e fisiológica, é claro, faz com que a responsabilidade democrática (*accountability*) seja quase totalmente impossibilitada. Como será possível consolidar a democracia sob condições políticas tão fluidas, efêmeras e portanto perniciosas?

No sistema político atual, um discurso democrático é cobrado de todos os participantes. Nos últimos anos a direita brasileira tem se conformado a essa exigência do sistema, tanto que agora seu discurso *político* é quase indistinguível do de outros segmentos da classe política que durante tantos anos se opuseram à direita e reivindicaram a reinstauração da democracia política no Brasil. Por essa razão, se a pesquisa visa avaliar as perspectivas para a consolidação democrática, como é o caso do presente projeto, cabe ao pesquisador enfocar menos no discurso que no comportamento político da direita (ou da esquerda, ou de outro segmento da classe política, seja o que for). Nossa indagação aqui é se esse comportamento da direita brasileira é democrático ou não.

Frente aos dados aqui apresentados, de natureza preliminar, sobre o desempenho dos arenistas na Constituinte, não podemos afirmar que a direita participa abertamente de atividades anti-democráticas. Os dados das votações indicam apenas um comportamento conservador, até previsível, no processo constituinte. Também não existem indicações de que a direita queira incentivar uma nova intervenção dos militares, o que é um sinal positivo para a democracia. Mas temos que distinguir entre comportamento *ativamente* anti-democrático (por exemplo, apelos às Forças Armadas), o qual parece inexistir no momento, e comportamento *passivamente* anti-democrático, o que pode ser igualmente perigoso. Os arenistas/pedestistas, políticos que foram socializados sob o autoritarismo, não mostram lealdade às instituições como os partidos e o parlamento. A omissão em participar na construção de instituições políticas representativas implica no atraso do processo de consolidação democrática. Nossa análise sugere também

que essa falta de participação no processo é intencional. O fisiologismo, o ofuscamento ideológico e o desinteresse pelos partidos e pelo parlamento são comportamentos direcionados contra a construção das instituições.

Não há dúvidas de que a direita brasileira terá um papel importantíssimo no processo de consolidação democrática. O grande desafio ao sistema político brasileiro não é o de *incorporar* a direita, porque a direita já é presente, até *onipresente*. Mas o sistema não pode excluir a direita, primeiro porque um sistema democrático deve representar todas as tendências políticas, e segundo, porque a exclusão sistemática da direita implicaria em outro tipo de perigo à democracia.¹¹ O desafio é de incorporar a direita pelo mecanismo das *instituições políticas representativas* incentivando sua participação nas mesmas. A construção de instituições é um debate que abrange muitas questões que não foram discutidas aqui, como por exemplo o sistema de governo e o sistema eleitoral. É um debate que precisa ser aprofundado e que requer a participação de todos os setores, inclusive a direita política. Afinal, a direita é persistente, e a democratização é um desafio permanente.

Notas

1. Trata-se de minha tese de Ph.D., "Conservative Elites and Political Democratization in Brazil", a ser apresentada em 1991 ao Department of Government and International Studies, University of Notre Dame (Indiana - EUA). O projeto é patrocinado pela Comissão para o Intercâmbio Educacional Entre os Estados Unidos e o Brasil (Comissão Fulbright - Brasília, DF) e pelo Institute for the Study of World Politics (Washington, D.C.).
2. Em países onde as Forças Armadas detêm uma forte presença na vida política, como é o caso do Brasil, o conceito de "classe política" pode abranger militares, assim como a existência de um Estado tecnocrático faz com que muitos tecnocratas sejam também "políticos". Minha definição de direita eleitoral acima é derivada do conceito schumpeteriano de classe política, onde a participação nas eleições é a característica definitiva. Nos últimos vinte anos, muitos tecnocratas conservadores optaram por competir em eleições e passaram a integrar a direita eleitoral, o qual não pode acontecer com militares na ativa. Assim, a direita eleitoral é a direita civil que apresenta candidatos nas eleições.
3. Para uma perspectiva que enfatiza o papel da "construção de instituições políticas" na consolidação da democracia, ver os dois trabalhos de Guilherme O'Donnell em O'Donnell e Reis (1988).

4. O uso da legenda escolhida pelo indivíduo durante o regime militar não constitui uma operacionalização perfeita, mas acaba por ser nossa melhor opção. Certamente alguns membros do MDB (o partido opositorista) foram politicamente conservadores e tolerantes do regime militar, e certamente alguns arenistas/pedessistas foram politicamente mais liberais e apoiaram fortemente a abertura. Mas no período 1966-1979, a ARENA foi percebida como o partido "autoritário" e o MDB como o partido "democrático", e na esmagadora maioria dos casos a adoção de uma ou outra legenda iria predizer a posição do político vis-à-vis o regime militar.
5. Como é o caso do ex-ministro Antônio Delfim Netto, que participou da estrutura partidária, mas nunca foi candidato a nenhum cargo público antes de 1986.
6. Devo ressaltar aqui que minha análise engloba apenas os 559 parlamentares titulares na fase inicial da Constituinte. Não tomo em conta substituições nem falecimentos dos titulares a partir do 1o. de fevereiro de 1987. O número de parlamentares no Congresso Nacional atual é 570, devido à inclusão de três senadores e oito deputados do novo Estado de Tocantins.
7. Collor, 30,5%; Maluf, 8,9%; Afif, 4,8%; Aureliano, 0,9%; e Camargo, 0,6% dos votos válidos.
8. São os seguintes: Jornal de Brasília, Correio Braziliense, Folha de S. Paulo, Jornal da Tarde, O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo e Gazeta Mercantil.
9. O presidente da Assembléia, o relator, e os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, respectivamente.
10. É claro que sempre há exceções à tendência de ofuscamento ideológico. Veja, por exemplo, os casos de Roberto Cardoso Alves e Amaral Netto, parlamentares que não escondem suas posições conservadoras.
11. Esse é o grande problema do sistema partidário argentino nos últimos 50 anos. Veja o trabalho interessante de Edward Gibson (1989).

Referência Bibliográfica

- COELHO, João Gilberto Lucas, e Antonio Carlos Nantes de Oliveira. 1989. A Nova Constituição: Avaliação do Texto e Perfil dos Constituintes. Rio de Janeiro: Revan
- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). 1988. Quem Foi Quem Na Constituinte Nas Questões de Interesse dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez/Oboré.
- GIBSON, Edward. 1989. "Democracy and the New Electoral Right in Argentina". Papers on Latin America no. 12, Institute of Latin American and Iberian Studies, Columbia University.
- O'DONNELL, Guilherme. 1988. "Transições, Continuidades e Alguns Paradoxos". In Fábio Wanderley Reis e Guilherme O'Donnell, orgs., A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas, pp. 41-71. São Paulo: Vertice.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. 1987. "as Bases da Nova Direita". Novos Estudos no.19 (Dezembro): 26-45.
- REIS, Fábio Wanderley, e Guilherme O'Donnell, orgs., A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Vertice.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. 1987. Quem É Quem Na Constituinte: Uma Análise Sócio-Econômica dos Partidos e Deputados. São Paulo: OESP-Maltese.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. 1973. Sociedade e Política no Brasil. São Paulo: DIFEL. 1984. Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas. Petrópolis: Vozes.